



# Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL # 86

ABR|MAI|JUN| 2011 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

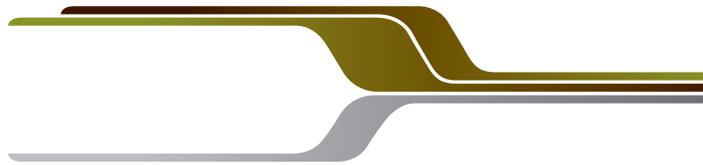
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



2011  
ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS

FLORESTA E DESAFIOS  
DO MUNDO ACTUAL

JOVENS AGRICULTORES na Presidência da República  
CAVACO SILVA aceita Convite para Membro Honorário da AJAP  
ler Pág. 4



## REPORTAGEM 4

Jovens Agricultores na Presidência da República  
Cavaco Silva aceita Convite para Membro Honorário da AJAP

## DOSSIER 8

Antonio Serrano, Ministro da Agricultura, em Entrevista  
“Podem sempre contar comigo”

Portugal, País de Florestas  
Rui Pedro Barreiro | Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

Floresta Portuguesa Novos Caminhos  
António Nazaré Pereira | Prof. Catedrático da UTAD

As Florestas e o Futuro  
João Santos Pereira Soares | Professor do Instituto Superior de Agronomia,  
UTL | Membro do Conselho Nacional do Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Conservação da Natureza e Agricultura  
Tito Rosa | Presidente do ICNB

A Floresta e o Montado de Sobro  
Dr. Dionísio Simão Mendes | Presidente da Câmara Municipal de Coruche

## SER JOVEM AGRICULTOR 20

Na Fruticultura  
Pedro Ricardo Martins Silva

## ARTIGO TÉCNICO 22

Ser Jovem Agricultor no ProDer | Novo Período de Candidaturas  
Eng<sup>a</sup> Maria José Piçarra | AJAP

Sulfato de Potássio vs. Cloreto de Potássio. Qual a Escolha Acertada?  
Pedro Cabanita | Product Manager Agrifétil

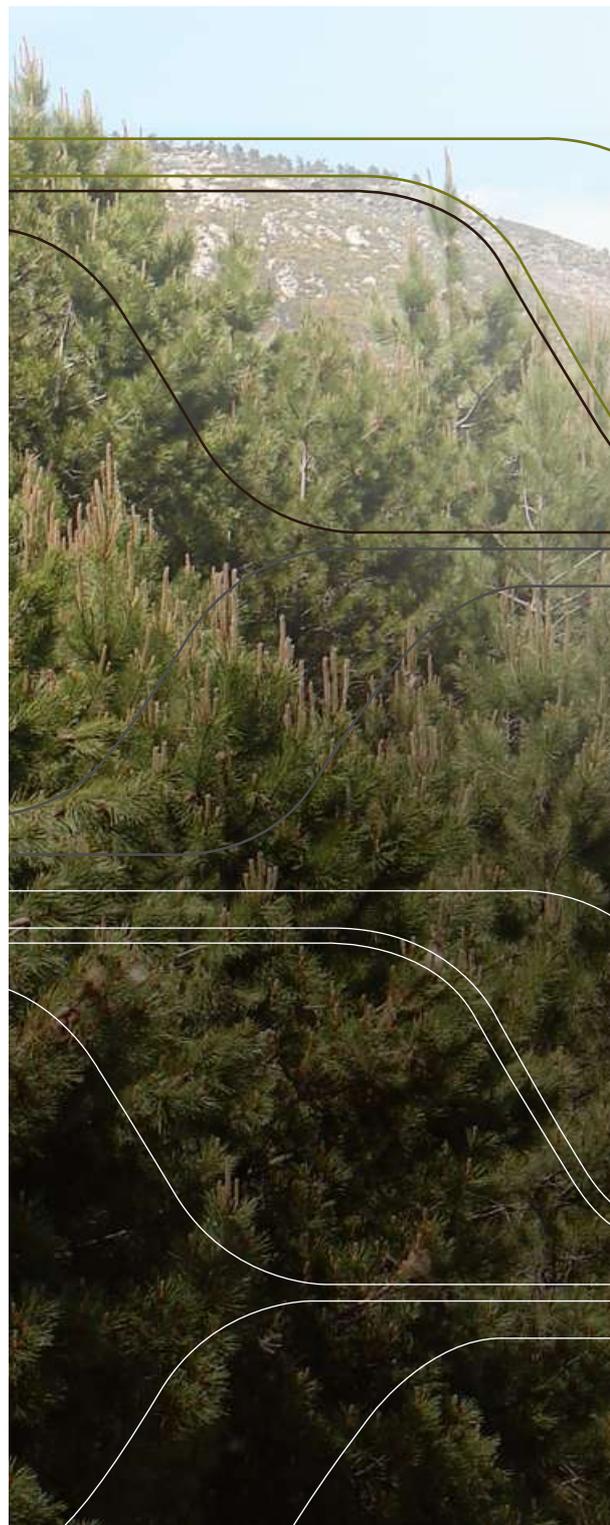
## BREVES 24

## PUBLICIDADE 25

## LEGISLAÇÃO 26

## PUBLICIDADE 27

## PUBLICIDADE 28



# OS DESAFIOS DOS JOVENS AGRICULTORES

Firmino Cordeiro | Presidente da AJAP



As questões de fundo do rejuvenescimento do sector em Portugal não se resolvem numa tarde de discussão acompanhada de alguns bons exemplos de Jovens Agricultores de países da UE. Esta problemática no nosso país é muito mais profunda, pois caso não fosse, face aos subsídios que os menos atentos às questões agrícolas, mas seguramente os que têm mais tempo de antena nos órgãos de comunicação social dizem que os Jovens Agricultores recebem, Portugal não seria o país com a menor percentagem de Jovens Agricultores na Europa.

Não está seguramente em causa um problema geracional, nem tão pouco estamos disponíveis para viabilizar “guerras” sem sentido, mas a força de entrada de novos jovens agricultores advém de uma saída digna dos mais velhos, da transmissão do seu saber, do seu acreditar e experiência aos mais novos claro, mais adaptados às novas tecnologias e com novos conhecimentos mas mais confortados com o apoio destes.

Depois do recente grande desafio lançado ao país pela AJAP relativo à problemática da desertificação do mundo rural português, através da figura do Jovem Empresário Rural, a nossa próxima grande bandeira será a dignificação dos agricultores mais velhos que queiram abandonar a actividade em prol da instalação de Jovens Agricultores e Jovens Empresários Rurais. O tema não é seguramente novo mas nunca foi objectivamente bem conduzido.

Na ordem do dia estão também as alterações às regras de apoio aos Jovens Agricultores. É evidente que face às já actuais restrições orçamentais do Proder, não seria fácil ir muito mais além, ficamos satisfeitos com a obrigatoriedade da existência de investimento associado ao prémio de primeira instalação, mas as nossas propostas para esta discussão foram mais ousadas e pretendiam enquadrar o mais possível uma nova instalação numa lógica de mercado seja (local, regional, nacional ou de exportação), um maior acompanhamento, um mais adequado plano de formação profissional e se fosse o caso pela dignificação do seu antecessor. E se, por último, falarmos de outros grandes desafios que os Jovens Agricultores hoje enfrentam em Portugal, caberá dizer que o problema da juventude é transversal a todas as actividades e ramos da economia.

A agricultura sofre do mesmo problema, o estímulo, o apoio e o incentivo dos mais velhos são fundamentais para uma maior segurança num passo que irá seguramente marcar esse jovem toda a vida. Preparar a saída dos mais velhos com a dignidade que lhe é merecida é um passo importante para que os seus sucessores possam mais facilmente desenvolver a exploração agrícola. O conhecimento é fundamental num jovem com vontade de agarrar o desafio de ser agricultor, perceber aspectos contabilísticos e fiscais, perceber de mercados nacionais e internacionais, perceber do conjunto de ajudas ao rendimento disponibilizadas pela UE, dominar as tecnologias produtivas e outras dos produtos que desenvolve e estar associado às organizações que melhor podem contribuir para colmatar todas as lacunas do seu dia-a-dia, são chavões determinantes para o sucesso. O factor terra é basilar para todos aqueles que não sejam oriundos do meio agrícola, daí que a constituição de um banco de terras tão falado mas nunca concretizado podia também colmatar parte deste problema. O capital, o custo do dinheiro, os capitais próprios e os actuais custos de máquinas, equipamentos e animais (actualmente não apoiados nos projectos de instalação) é um forte entrave e muitas vezes determinante da não opção. O acompanhamento antes da decisão de avançar de forma a acautelar os prós e os contras, durante a elaboração do projecto e após a instalação são essenciais mas não instituídos no nosso país é também como têm demonstrado alguns estudos um entrave bastante grande e muitas vezes limitativo. A ausência de políticas que verdadeiramente defendam a primeira instalação, refiro-me a quotas de produção, a legislações actualmente em vigor inexistente no passado ex. REAP, aos impostos crescentes e custos enormes para o regime de segurança social, têm funcionado também como redutores que impedem esse desafio para um jovem.

Junte-se a tudo isto a concorrência desleal oriunda de países extra comunitários que conseguem colocar nos mercados produtos a preços que na grande maioria dos mercados europeus não cobre os custos de produção se produzidos na Europa devido a todo um conjunto de regras e condicionalismos não aplicados nesses países.

## Ficha Técnica

**Propriedade, Redacção e Edição** AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal  
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

**Director** Firmino Cordeiro

**Coordenação** Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

**Secretariado** Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

**Paginação** AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

**Depósito Legal** nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

**Periodicidade** Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

**Distribuição** Gratuita

Com o apoio



Instituto Português da Juventude, I.P.  
juventude.gov.pt

## Jovens Agricultores na Presidência da República CAVACO SILVA ACEITA CONVITE PARA MEMBRO HONORÁRIO DA AJAP

*Na sequência de outras intervenções suas com que vem incentivando os Jovens Agricultores e face à grave crise económico-social que afecta o país, Cavaco Silva convidou para uma reunião de trabalho, seguida de almoço, trinta Jovens Agricultores de diversos pontos do Continente e das Regiões Autónomas, bem como o presidente da sua Organização representativa – a AJAP.*

*No decurso do encontro, que teve lugar, na manhã do passado dia 19 de Maio, Firmino Cordeiro convidou o Presidente da República para Membro de Honra da AJAP. Convite que foi aceite com satisfação: "Não é despropositado, porque também tenho alguma coisa de agricultor e prezo-me de ter uma das melhores laranjas do Algarve a que, ultimamente, juntei também uma pequena produção de anonas. Muito obrigado."*



Comunicação do Presidente da República  
**CONFIO MUITO NO DINAMISMO DOS JOVENS AGRICULTORES**

É para mim uma enorme satisfação receber-vos, hoje aqui no Palácio de Belém. Dou-vos as boas-vindas e quero agradecer-vos por terem aceite o meu convite para este encontro.

E vou ter a oportunidade de vos ouvir sobre a profissão que escolheram – agricultores. Uma profissão digna e meritória

que merece o respeito, a consideração e a solidariedade de todos os portugueses.

A agricultura sempre foi uma das actividades mais nobres a que alguém se pode dedicar. Produzir alimentos, cuidar do território, cuidar do ambiente.

Mas ser agricultor- todos nós o sabemos – é algo complexo, difícil e exigente e para ter sucesso precisa-se de qualificação, preparação e espírito de risco e de sacrifício.

E, hoje, temos aqui trinta Jovens Agricultores, vindos de todos os pontos do país, do Minho até ao Algarve, passando pelos Açores e pela Madeira. Vêm de diferentes sectores de actividade do mundo agrícola, com diferentes experiências. Uns estão no início do processo de instauração das suas explorações. Uns exportam a sua produção, outros trabalham para o mercado interno.



Portanto, temos, hoje, aqui nestes trinta Jovens Agricultores uma amostra bem representativa do que é a juventude agrária portuguesa. Como já disse várias vezes, confio muito na juventude, no contributo que ela certamente vai dar para a construção de um Portugal melhor. Um Portugal mais desenvolvido, mais justo e mais solidário.

E nunca, como hoje, Portugal precisou tanto da agricultura e do mundo rural, para conseguir vencer a crise económica

e social que atravessamos. Basta ter presente o desequilíbrio da nossa balança comercial no sector alimentar que é muito elevado. Mais de 3000 milhões de euros, o que significa que nós importamos muito mais produtos alimentares do que aquilo que exportamos. Em consequência disso precisamos de nos endividar mais no estrangeiro.

E daí que seja da maior importância que os agentes políticos portugueses atribuam forte prioridade ao aumento da produção agrícola. Eu diria mesmo que, neste momento, precisamos de mobilizar toda a sociedade portuguesa para o aumento da produção agrícola. Mobilizar, como é óbvio, os agricultores, mas também os consumidores para que eles prefiram os produtos portugueses; mobilizar também as empresas de distribuição e a Administração Pública.

De acordo com todas as indicações seria possível, num curto espaço de tempo, aumentar o valor acrescentado no sector agrícola e por essa forma aumentar o emprego e a segurança alimentar.

Ora os Jovens Agricultores, como vocês, são o futuro da nossa agricultura. A agricultura portuguesa é a mais envelhecida de toda a Europa e por isso é fundamental apoiar o rejuvenescimento da agricultura portuguesa.

Além disso, sabemos que os Jovens Agricultores são força



modernizadora da agricultura portuguesa. São a força dinamizadora do mundo rural.

Nós conhecemos algumas dificuldades que os Jovens Agricultores enfrentam. Desde logo, o acesso à terra. Nem sempre é fácil um jovem produtor conseguir ter acesso à terra, tendo também de enfrentar os custos da instalação das explorações.

É, por isso, que é tão importante ser capaz de aproveitar e a-

proveitar bem os apoios específicos que são fornecidos pelos programas comunitários. Não podemos desperdiçar os apoios específicos que a Comunidade Europeia oferece aos Jovens Agricultores europeus. Por essa razão, temos de conseguir ao mesmo tempo que os organismos públicos e também as organizações agrícolas sejam capazes de fornecer assistência técnica aos Jovens Agricultores. Penso que seria da maior importância que se criasse uma janela permanente, um espaço de diálogo frutuoso entre os Jovens Agricultores e o Governo para ocorrer um acompanhamento das suas dificuldades, para ajudar à sua instalação e para realizar, aquilo de que tanto precisamos que é, como disse há pouco, o rejuvenescimento da classe empresarial no sector agrícola.

Ao longo do meu mandato visitei várias explorações dos Jovens Agricultores e devo dizer-vos que fiquei muito animado com aquilo que vi. Confio muito no vosso dinamismo, na vossa determinação, criatividade e capacidade para criar riqueza no sector agrícola.

Quero aproveitar esta ocasião para manifestar público reconhecimento pelo esforço que milhares de Jovens Agricultores desenvolvem todos os dias para desenvolver o nosso país. E mais uma vez manifesto a minha grande satisfação por vos receber, hoje aqui, e estou convencido que no fim deste encontro estarei mais bem preparado para continuar



a defender os interesses da agricultura portuguesa.

Intervenção de Firmino Cordeiro, presidente da AJAP  
**A AGRICULTURA É UMA ACTIVIDADE ECONÓMICA CRUCIAL PARA O PAÍS**

Antes de mais queria agradecer a Sua Excelência, o Sr. Presidente da República este dia magnífico que proporciona à agricultura nacional e, nomeadamente, aos Jovens Agri-

cultores. Penso que, de facto, estamos a atravessar um período extremamente delicado e a agricultura pode ser, é, seguramente, uma solução. E o Sr. Presidente da República fez de facto uma intervenção de quem conhece profundamente o sector juvenil e também o sector da agricultura.

Hoje vamos sair daqui todos mais enriquecidos, mas a única nota que vos quero deixar é que para nós, enquanto organização representativa dos Jovens Agricultores – a AJAP –, a questão do acompanhamento que é necessário fornecer e o problema da sucessão dos mais velhos para os mais novos, são questões centrais. Para além daqueles que não podem ser jovens agricultores pelo factor terra. Já, há muito tempo, que ouvimos falar do banco de terras que não nos é disponibilizado, mas provavelmente estará a ser preparado.

É fundamental que possamos acreditar nas nossas actividades. Mais uma vez é um acto extremamente importante, porque a agricultura é uma actividade económica crucial e estratégica para o nosso país. Infelizmente não tem sido vista pela classe política dessa forma.

E neste dia simbólico, como forma de agradecer a Sua Excelência o Sr. Presidente da República queria entregar uma medalha que marca este dia para a AJAP. É, de facto uma reviravolta- esperamos nós - para a agricultura portuguesa



para o sector dos Jovens Agricultores e para o futuro deste país. Muito obrigado.

E para terminar queria convidar Sua Excelência o Sr. Presidente da República para Membro Honorário da AJAP, dado que no seu primeiro mandato esteve connosco, percorreu o país, conhece a realidade dos Jovens Agricultores e elencou muito bem alguns dos seus problemas. Vai ouvir mais, porque, certamente, eles aumentaram, outros foram sendo diluídos.

Depois, enviaremos o título de Membro Honorário da nossa organização, porque, ao abrigo dos estatutos, tínhamos todo o gosto em que o Sr. Presidente fosse Membro de Honra da AJAP.

#### AS IMPRESSÕES DOS JOVENS AGRICULTORES

*Terminada a reunião de trabalho, chegou a altura de ouvir por parte de três Jovens Agricultores as impressões que lhes deixou o encontro com o Presidente da República.*

**Luís Bonito** | Sector horto-frutícola | Madeira

Veio para dizer ao Presidente da República “que não se esqueça da Madeira - a pérola do Atlântico - que, por estar fora do Continente europeu, precisa de uma ajuda extra.”

O maior problema são os transportes. O mar é um grande obstáculo quando se pretende fazer chegar os produtos da madeira para o Continente. “A agricultura e o turismo madeirense são um grande pilar para a nossa economia voltar a crescer. A Madeira quer ajudar, mas também tem de ser ajudada.”

Luís Bonito sucedeu a seu pai e por isso não teve dificuldade de acesso à terra, “mas na Madeira, que é um meio muito pequeno, é complicado ter terra para todos.” Mas não é só



a terra que complica a vida aos Jovens Agricultores madeirenses.” As taxas de juro são outro dos problemas do nosso sector agrícola e dia ser criada uma linha de crédito especial para favorecer os Jovens Agricultores”.

Os Jovens Agricultores, no entender de Luís Bonito, devem trabalhar no sentido de tornar o país auto-suficiente, em termos de produção agrícola e, logo de seguida, começar a pensar em exportar para equilibrar a nossa balança alimentar.

António Lima | Sector dos cereais | Beja

A burocracia que continua a afectar os projectos de investimento na agricultura é um dos maiores problemas sentidos pelos Jovens Agricultores do Alentejo. Segundo António Lima deveria existir “um acesso mais facilitado para quem quer investir. Assim é difícil e complicado! É uma máquina muito pesada que obriga a muitas regras, o que dificulta o investimento que é muito necessário para aumentar a produção nacional. Os apoios, de facto, estão disponíveis, mas muito dificultados.”

À questão de ser ou não competitivo fazer cereais em Portugal, António Lima respondeu que, como a propriedade é quase toda regada, conseguimos produtividades mais elevadas do que a média nacional nas suas searas de trigo e milho. “Os mercados animaram bastante, desde 2008, e o escoamento da produção está a ser economicamente interessante.” O que é prioritário neste momento para os Jovens Agricultores é o acesso à terra. “Acho que a Lei do Arrendamento que foi alterada, há pouco tempo, teve algumas mudanças positivas, mas o proprietário da terra deveria ser mais defendido, de forma a não ter medo de arrendá-la e não ter depois um problema grave de saída do rendeiro. Ora, isso torna difícil o acesso à terra para quem a quer cultivar.”

Marta dos Santos | Sector Bovinos de Leite e Queijo | Entre-Douro e Minho

A melhor forma de contribuir para a resolução crise e para o crescimento da economia portuguesa, no entender de Marta Santos “é tentar criar produtos cada vez com mais qualidade. Sendo difícil ao nosso país fazer economia de escala, o nosso ponto forte será a aposta nos produtos de qualidade. E temos capacidade para isso!”

Marta Santos tem 45 vacas em produção, num efectivo de 90 animais, e transforma toda o leite produzido, tendo criado marca própria para o queijo da sua exploração.

A exploração emprega, ao todo seis pessoas, duas das quais a tempo parcial. E neste aspecto, “o que tentamos é dar um bom nível de vida. Por muito que façamos o que gostamos, é possível ter um nível de vida bom.”

Por outro lado, também é verdade que há agricultores sem nenhum rendimento, vivendo com muitas dificuldades e “os jovens quando vêem essa situação das pessoas mais velhas, sem poder de compra, pensam duas vezes e preferem encontrar outro emprego, que possivelmente vai acabar dentro de poucos anos, em vez de fazer um investimento na agricultura.”



Luís Bonito



António Lima



Marta dos Santos



Antonio Serrano,  
Ministro da Agricultura, em Entrevista  
“PODEM SEMPRE CONTAR COMIGO”

**Que balanço faz da sua intervenção, enquanto Ministro, no respeitante à instalação de Jovens Agricultores?**

Faço um balanço muito positivo da medida de apoio à instalação de jovens agricultores do PRODER. Até à data já foi possível assegurar a entrada de mais 3000 jovens na agricultura. Portanto, os resultados obtidos com esta medida, que correspondem a um investimento de 121 milhões de euros, são uma resposta clara do empenho do Ministério da Agricultura no rejuvenescimento da agricultura portuguesa, uma tarefa prioritária para a sustentabilidade do sector.

**É conhecido de todos que encontrou o Proder numa situação de inactividade, pouco acessível aos agricultores e às agro-indústrias.**

**Que medidas destaca, levadas a cabo por si, no sentido de inverter essa tendência?**

Quando tomei posse, a minha prioridade foi dinamizar o PRODER. Com esse propósito, de imediato criei um grupo de trabalho e com um envolvimento activo das organizações de agricultores foi encontrado o caminho crítico para simplificar o acesso ao PRODER e agilizar a execução das várias medidas de política. Hoje, passado ano e meio, é com orgulho que posso afirmar que o PRODER dispõe de uma taxa de compromisso de 56%, tendo já sido pagos 1.400 milhões de euros.



**Em relação ao sector florestal, também ele estratégico para o nosso país, muito é necessário fazer. Acha que o Proder, tal qual foi desenhado, contribuiu ou não para a melhoria do nosso sector florestal?**

Também nessa área o PRODER tem evoluído muito favoravelmente e julgamos que o ano de 2011 vai traduzir-se numa aceleração consolidada da execução das medidas florestais do PRODER. Por exemplo, a medida 1.3.1, decisiva para alavancar o investimento na melhoria da competitividade, já apresenta uma taxa de contratação de 40%.

**Quais as acções mais expressivas por parte do Ministério da Agricultura, com vista a dar corpo ao lema do Comité Português para o Ano Internacional das Florestas “Floresta para todos”?**

A floresta desempenha um papel importante para o bem-estar da nossa sociedade. Sendo Portugal um país de florestas, foi uma preocupação do Ministério comunicar com os portugueses a multifuncionalidade da floresta e a importância do sector florestal para o país, envolvendo as organizações do sector e da sociedade civil. Faço uma avaliação extremamente positiva das comemorações do Ano Internacional das Florestas em Portugal, com um crescente envolvimento da sociedade civil e das autarquias na realização de múltiplas iniciativas em torno da nossa floresta.



**A certificação florestal é uma das grandes apostas do Governo para reforçar a competitividade dos produtos florestais portugueses nos mercados internacionais. Quer fazer o ponto da situação relativamente à meta, preconizada pelo Governo, dos 500.000 ha de área florestal certificada em 2013?**

A certificação da gestão florestal sustentável é decisiva para a competitividade do sector florestal português. Foi a principal aposta do Ministério para a política florestal, tendo para esse efeito criado uma medida de incentivo para a certificação florestal no Fundo Florestal Permanente. Foi uma medida inovadora, na medida em que pela primeira vez um Governo criou incentivo financeiro para a certificação e o balanço é francamente positivo. Se tudo correr como previsto, em dois anos iremos alcançar a meta de 500.000 hectares de floresta certificada em Portugal.

**Em relação ao pesadelo do nemátodo da madeira do pinheiro, qual a situação do país, após a alteração do modelo de controlo que o Ministério da Agricultura entendeu desencadear?**

O Nemátodo da Madeira do Pinheiro é um problema fitossanitário complexo. Creio que tomámos as medidas necessárias para reforçar o controlo interno da circulação do material lenhoso. Com a publicação do Decreto-lei que foi aprovado no Conselho de Ministros, vamos finalmente dispor da obrigatoriedade do manifesto de corte e de um quadro sancionatório, dois aspectos que reforçam de forma decisiva a capacidade de intervenção da Administração.

**Neste momento difícil que o país atravessa, que mensagem gostaria de deixar aos Jovens Agricultores portugueses?**

Que acreditem no futuro, porque a agricultura portuguesa é uma actividade que pode ser um motor de desenvolvimento

do país. Para isso, contamos com os agricultores e com a capacidade de inovação e dinamismo dos jovens.

Porque queremos continuar a apoiar os jovens que decidem dedicar-se à agricultura, reformulámos as regras de acesso ao PRODER e reforçámos a dotação disponível com verbas provenientes de outras medidas, assegurando assim a continuidade do apoio à instalação e investimento dos jovens agricultores.

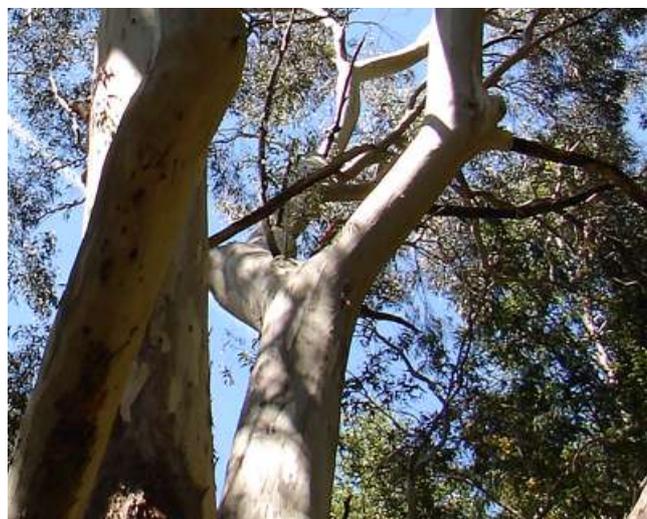
A partir de 1 de Junho, o PRODER irá financiar a primeira instalação de jovens agricultores, com investimento associado, podendo neste incluir a transformação e comercialização de produtos agrícolas, desde que efectuados dentro da exploração.

**O futuro a Deus pertence e o resultado eleitoral pode transformar-se numa caixinha de surpresas. Caso o Partido Socialista ganhe as eleições, aceitaria manter-se como Ministro da Agricultura? E no caso de o PS vir a integrar uma coligação de governo, vai bater o pé para manter-se à frente de uma pasta em que praticamente todos o reconheceram como um Ministro dinâmico e de consensos?**

A constituição do Governo compete ao Primeiro-Ministro. No entanto, será para mim uma grande honra continuar a servir os Portugueses.

**Caso o PS venha a ser o maior partido da oposição, poderemos contar com o Prof. António Serrano a liderar a Comissão Parlamentar de Agricultura ou a representar o sector na bancada do PS?**

Podem sempre contar comigo, mas estou convencido que o PS vai ser o maior partido com representação parlamentar na Assembleia da República.





## PORTUGAL, PAÍS DE FLORESTAS

Rui Pedro Barreiro | Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

Durante 2011, que as Nações Unidas declararam como Ano Internacional das Florestas, o Ministério da Agricultura está empenhado em mostrar a todos os portugueses a importância da floresta e do sector florestal para o país.

Portugal é hoje, reconhecidamente, um país de florestas, fruto de um crescimento significativo da área florestal nos últimos cem anos. Posso mesmo afirmar que se tratou de um crescimento impar no espaço europeu e que no último Inventário Florestal Nacional se cifrava em 39% do território nacional – 3,45 milhões de hectares.

A floresta portuguesa constitui, hoje, uma fonte de riqueza nacional, que está na base de um sector da economia que gera 3% do PIB, que é responsável por 11% das exportações nacionais (o sector florestal já é o terceiro sector exportador), que assegura o emprego de 260.000 pessoas, directa ou indirectamente.

Mas, falemos do futuro da floresta portuguesa que é sinónimo de falar do desenvolvimento sustentável deste recurso, é falar do potencial de crescimento da floresta portuguesa, em área e em produtividade e da necessidade de aumentar o investimento na sua gestão activa e profissional.

Investir na floresta é investir no longo prazo (um sobreiro plantado hoje começa a produzir cortiça em 2051!) e nesse aspecto, nunca é demais recordar que o PRODER dispõe de mais de 440 milhões de euros de verbas públicas (nacionais e comunitárias) para alavancar o investimento.

Num momento em que o nosso país necessita de investimento, de emprego e de exportações, o sector florestal reúne todas as condições para assumir e vencer este desafio. Os últimos indicadores de desempenho da nossa economia assim o demonstram, com o crescimento das exportações do sector florestal e sobretudo com o crescimento do *superavit* da balança comercial do sector, que no final de 2010 se cifrava em mais de mil e quinhentos milhões de euros.

E aqui gostaria de salientar o crescimento que as exportações florestais tiveram em 2010. O saldo da balança comercial cresceu 68,7% face ao ano anterior. Um registo verdadeiramente notável e que demonstra bem que estamos

perante um sector dinâmico e que gera riqueza – em cada euro exportado, 90 cêntimos são gerados em Portugal.

Também, nunca é demais recordar, é no sector florestal que se encontra o único sector da economia nacional em que somos líderes mundiais na produção, transformação e comercialização – a cortiça!

Um produto que evoca toda a importância do bosque mediterrânico para Portugal, porque a floresta representa para o país muito mais do que aquilo que os indicadores económicos revelam.

A floresta portuguesa é um dos principais sustentáculos da boa qualidade ambiental, assegura a conservação da biodiversidade em habitats únicos na Europa (a *Laurissilva* dos arquipélagos da Madeira e Açores ou os montados de sobro e azinho do sul do país), sequestra mais de 289 milhões de toneladas de dióxido de carbono e purifica e valoriza a água que corre pelas encostas das nossas serras.

A floresta proporciona-nos, também, deslumbrantes paisagens que todos guardamos na memória e que são tão importantes para o turismo. Já para não falar da importância que as florestas tiveram para a nossa história como um povo, de que o Pinhal de Leiria é apenas um exemplo.

A floresta também é um pilar do desenvolvimento rural e decisiva no combate à desertificação do território. Consideramos que a floresta deve ser encarada como um activo do território, que é rentável para o seu proprietário.

“Portugal é hoje, reconhecidamente, um país de florestas, fruto de um crescimento significativo da área florestal nos últimos cem anos. Posso mesmo afirmar que se tratou de um crescimento impar no espaço europeu e que no último Inventário Florestal Nacional...”

E aqui o desafio é tornar a floresta mais competitiva, com mais gestão activa dos recursos florestais. Esta é uma tarefa exigente, se atendermos a que mais de 90% da floresta é privada e parte significativa desta floresta encontra-se no minifúndio fragmentado do norte e centro do país.

Foi com esse propósito que apoiámos as Zonas de Intervenção Florestal, enquanto solução, com escala, para a promoção da gestão profissional e activa da floresta privada. Encarámos as ZIF como o motor necessário para dinamizar o potencial de crescimento de produtividade da floresta. As ZIF estão a avançar em bom ritmo. Actualmente, estão constituídas 144 ZIF que integram mais de 740.000 ha e que esperamos em breve atingir a meta de um milhão de hectares. Mas, outros desafios colocaram-se ao Ministério durante este mandato: assegurar as necessidades crescentes de matéria-prima para as indústrias, o combate ao declínio do montado de sobro e a sustentabilidade do sector corticeiro, o crescimento sustentável do sector bioenergético ou o pagamento dos serviços ambientais da floresta.

E nessa perspectiva, tivemos como principal desafio a aposta na diferenciação positiva da floresta portuguesa através da certificação florestal!

Esta foi a grande aposta do Ministério em política florestal. Com os incentivos que criámos no Fundo Florestal Permanente esperamos nos próximos dois anos adicionar mais 100.000 ha aos 270.000ha de floresta certificada actualmente existentes.

Também nos empenhámos na procura de soluções inovadoras para dinamizar o sector florestal e nesse domínio, o desafio estava centrado na promoção dos aproveitamentos hidroagrícolas com sub-ocupação para a instalação de floresta regada. Sabemos que no sul de Espanha esta solução já é uma realidade e com escala. Acreditamos no potencial desta medida inovadora de política para obter acréscimos significativos de produtividade, quer para a produção de culturas energéticas, quer para a produção de rolaria de eucalipto ou de madeiras nobres.

Num balanço final, resulta, sobretudo, a constatação da importância estratégica da floresta portuguesa para o desenvolvimento do país e para garantir a necessária multifuncionalidade e vitalidade dos territórios rurais.

Estamos cientes que ainda existe um longo caminho a percorrer, mas acreditamos que é possível fazer mais e melhor floresta em Portugal. Este foi e será o compromisso do Ministério da Agricultura para com o sector florestal e para com os portugueses!





## FLORESTA PORTUGUESA NOVOS CAMINHOS

António Nazaré Pereira | Prof. Catedrático da UTAD

Embora o coberto florestal ocupe cerca de 38% do território de Portugal, a temática florestal só ocasionalmente é discutida e, em geral, num círculo relativamente restrito de cidadãos que, devido a razões profissionais ou de património, dela dependem.

É certo que as preocupações com a qualidade do ambiente que nos rodeia têm levado à evocação da floresta como espaço de excelência. Os ecossistemas florestais sequestram carbono, contribuindo decididamente para atenuar o aquecimento global, preservam a biodiversidade, contribuindo para que a acção incessante do Homem sobre o ambiente não aumente o ritmo de extinção de espécies, e modelam a paisagem. Mas pouco ou nenhuma consequência material tem resultado do enunciado destes factos.

Nos últimos anos, quando é discutida, a floresta portuguesa é recorrentemente mais lembrada como fonte de preocupações devido aos fogos que a têm assolado. Em tempos de crise é mesmo evocado o custo do sistema de combate que o País adoptou e esquecida a riqueza que o sector produz.

A floresta portuguesa é porém muito mais que fogos. De acordo com os últimos dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística, o total da produção da silvicultura nacional situa-se na ordem dos 1 000 milhões de euros anuais a preços correntes (Fig. 1) e gera cerca de 10% das exportações nacionais. Mais interessante ainda, o sector deixou de ser exclusivamente um sector fornecedor de bens aproximando-se as parcelas de serviços silvícolas e de actividades secundárias não florestais dos 200 milhões e dos 50 milhões de euros, respectivamente (Fig. 1).

No conjunto, serviços silvícolas e actividades secundárias não florestais correspondem a 20-25% da riqueza produzida no sector e a tendência é o seu crescimento (Fig. 2).

Este conjunto de actividades constitui um eixo fundamental do crescimento do sector no futuro próximo se quisermos explorar os novos enquadramentos que as políticas de ambiente têm criado ao desenvolvimento de Portugal.

Não basta mencionar que os ecossistemas florestais asseguram sequestro de carbono e não desenvolver intensamente

medidas que tragam para o sector florestal as mais-valias resultantes desse facto.

O sector florestal não pode desperdiçar o aproveitamento do papel reconhecido que desempenha na preservação da biodiversidade e dele retirar proveito através da oferta de serviços que, por um lado promovam a biodiversidade nos ecossistemas florestais e, por outro lado, o “vendam” sobre a forma de serviço à comunidade.

O papel relevante de modelação da paisagem que o coberto florestal proporciona deve ser não apenas reconhecido mas também recompensado materialmente e em forma de serviços, pela valorização dos elementos estéticos no ordenamento florestal, i.e., pelo reconhecimento que o coberto florestal pode desempenhar na valorização cénica do território.

Lembro-me da capacidade atractiva de povoamentos de folhosas em territórios de outros países (Wisconsin e Michigan, EUA, por exemplo) e do seu impacto sobre a economia não florestal (hotelaria, por ex.) local. Porque é que se promovem cenários ligados à agricultura (amendoeira em flor, Douro vinhateiro) e se não explora a componente cénica e ecológica de povoamentos de carvalho, faia, bétula ou vidoeiro?

Alguns grupos de micologia têm promovido passeios micológicos em povoamentos florestais mas não é do meu conhecimento que produtores florestais, isolados ou em associação, tenham tomado a iniciativa de promover tais eventos nos povoamentos que exploram, aproveitando o rendimento intermédio que

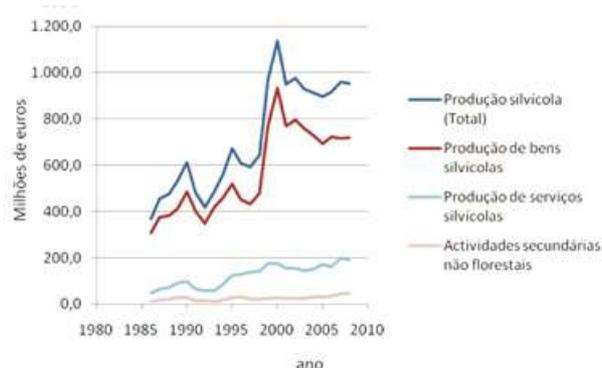


Fig. 1 - Produção da silvicultura por tipo de bens e serviços (Fonte: INE)

essas actividades podem constituir para a rentabilidade do investimento florestal propriamente dito.

Apanhar cogumelos é uma fonte de riqueza para que alguns produtores florestais já estão alertados mas observar e fotografar cogumelos, ver e fotografar fauna e flora selvagem, percorrer percursos florestais, a pé ou em passeios equestres (ou em asinos, por exemplo), organizar percursos de orientação, etc., são actividades (serviços) que o sector florestal pode hoje promover de forma a aumentar o rendimento e, particularmente, as receitas intermédias, durante o longo prazo de amortização do investimento florestal.

Aliás, estas actividades na floresta têm ainda a vantagem de fomentar a limpeza criteriosa do espaço florestal e, por isso mesmo, contribuir para o combate preventivo aos fogos florestais.

O uso do espaço florestal para a prestação de serviços debate-se na prática porém com um problema estrutural do sector em Portugal: a fragmentação da propriedade.

Fruto do regime legal de partilhas que, exógeno ao sector, tanto tem afectado o desenvolvimento da agricultura e da silvicultura nacional, estima-se que existam em Portugal mais de 400 000 proprietários florestais e que mais de 50% da área florestal corresponda a povoamentos de menos de 10 hectares. Muitos são proprietários ausentes (proprietários absentistas) e limitam as práticas florestais que realizam nos seus povoamentos ao corte.

Sendo certo que a legislação promotora da limpeza das florestas tem vindo a contribuir para melhorar o aspecto geral dos ecossistemas e diminuir a carga combustível que eles encerram, existe um caminho a percorrer na prestação de serviços por empresas florestais que se não limitem ao corte e limpeza.

Quantas empresas florestais exploram os espaços florestais em nome dos seus legítimos proprietários e exploram esses espaços para actividades lúdicas de ar livre por parte de uma comunidade cada vez mais ansiosa por serviços fora das cidades?

Segundo as últimas estatísticas internacionais, mais de 50% da população mundial passou a concentrar-se em cidades. Em Portugal ultrapassamos há muito essa fasquia, dependendo os reais valores do conceito que se adoptar de aglomerado urbano (a extensão das periferias das grandes metrópoles de Lisboa e Porto). Apesar disso o sector florestal não tem realizado um esforço organizado de captação desta parte muito significativa de “consumidores de Natureza” como um mercado potencial. É altura de o fazer.

Socialmente, aliás, estamos ainda perante uma população

(primeira e segunda geração) que tem as suas origens em ambiente rural e que, portanto, ainda mantém no seu subconsciente a necessidade de relação com o território. A floresta nacional ocupa quase 40 % do território nacional e é o espaço de excelência para que muitos dos nossos cidadãos, cada vez mais urbanitas, redescubram o nosso território.

A política florestal pode constituir-se como um sector charneira do desenvolvimento do futuro de Portugal a par da política dos mares. Tal como na faixa costeira litoral, as florestas portuguesas são um “novo” espaço a redescobrir, neste caso nas suas novas-velhas funções ambientais.

Mais que para a produção directa de alimentos, o território nacional possui predominantemente vocação para a produção florestal, principalmente floresta de protecção e recreio. Para além da visão estrita de produção silvícola, concentrada na exploração de madeira de resinosas e folhosas para fins industriais e cortiça (cujo lugar e importância se deve manter), o futuro da floresta nacional passa pela capacidade do sector se adaptar à realidade do mundo actual e aproveitar as novas oportunidades de mercado, quer nos povoamentos de maior capacidade produtiva quer, principalmente, nos povoamentos de menor capacidade produtiva (vulgo floresta de protecção). Em alternativa ao consumo directo de lenha o sector foi capaz de oferecer “pellets” de resíduos de serração. Em suplemento ao mobiliário para a casa o sector deve hoje oferecer também ao consumidor o fim de semana de contacto com a natureza ou o passeio lúdico de observação de animais selvagens, cogumelos ou espécies arbustivas e herbáceas do imaginário (quantos urbanitas conhecem o alecrim, o medronheiro, o rosmaninho, a murta ou o tojo?).

E as empresas florestais devem ser capazes de adaptar o território que exploram a estes novos padrões de consumidor. Se não o fizerem, alguém o vai fazer por elas. E, pior, provavelmente utilizando gratuitamente o “bem” que o sector florestal “produz” e mantém.

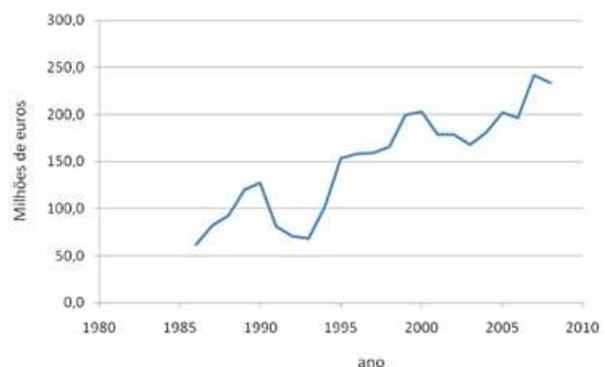


Fig. 2 - Produção de serviços e actividades secundárias na fileira florestal (Fonte: INE)



## AS FLORESTAS E O FUTURO

João Santos Pereira Soares | Professor do Instituto Superior de Agronomia, UTL | Membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Desde sempre que florestas têm impressionado o Homem, quer com admiração e reverência, quer por medo ou por interesse. De ecossistemas adversos ao desenvolvimento da sociedade humana (leia-se agricultura) e fornecedoras de material essencial e estratégico que é a madeira, cedo foi reconhecida a importância de alguns serviços ambientais dos ecossistemas florestais para o Homem. Por exemplo, serviços ambientais como a integridade dos sistemas fluviais ou a conservação e protecção dos solos. Com a visão planetária das últimas décadas, a biodiversidade passou a ser um dos ícones das florestas.

Neste ano internacional das florestas, há razões para lembrar que a desejável multifuncionalidade sustentável só se consegue com trabalho e investimento, especialmente porque os riscos inerentes das alterações climáticas e da crescente pressão que a população humana exerce, representam o maior desafio que as florestas tiveram que enfrentar.

Caracterização da floresta em Portugal: segundo o Inventário Florestal Nacional (IFN), de 2005, a floresta ocupa cerca de 3,46 milhões de hectares, cobrindo 38,8% do território continental. As principais espécies de árvores são, o pinheiro bravo, o eucalipto e o sobreiro, que representam, em conjunto, cerca de 74% da área florestal. O resto da área está ocupada por uma variedade de espécies, algumas de interesse regional.

A importância económica e social das indústrias de base florestal (IBF) é evidente: em 2008, a fileira florestal, representava 1,65% do PIB português. A fileira da pasta e do papel era a mais relevante, representando, aproximadamente, 46% do sector. A relevância das IBF tornou-se mais evidente perante a crise financeira actual, pelo carácter exportador. Para além disso estas têm um elevado valor acrescentado nacional (VAN) 71% para a fileira florestal, quando a média nacional se situa em 59%. As IBF são auto-suficientes em energia renovável.

Por outro lado, em Portugal as florestas são maioritariamente propriedades privadas, o que significa que a função produtiva está sempre presente (Baptista and Terra Santos 2005) e que, por outro lado, o recorte da paisagem tem condicionantes sociais muito fortes.

A maior parte da floresta portuguesa é ecologicamente recente

e vulnerável. Nos países ocidentais, a reflorestação ocorreu nos últimos 100 anos e representam uma forma de uso do solo relativamente nova, resultante do abandono rural. Isto é as florestas estão uma fase inicial da sucessão ecológica. Na maioria dos casos não estão em equilíbrio com o meio, nem com os agentes bióticos nem com o regime de fogos. As florestas podem ser um negócio – a força e competitividade das IBF's portuguesas (3 empresas do sector estão nas maiores 100 do mundo, são uma prova disto. Esperamos delas a prestação de serviços do ecossistema não tem ainda um valor de mercado, a não ser, de maneira tímida, o sequestro de carbono para mitigação das emissões dos gases com efeito de estufa. São um repositório de biodiversidade.

O sequestro de carbono varia com o tipo e a estrutura da vegetação, com a fertilidade do solo e com o clima. Em 60 florestas europeias o sequestro médio anual foi de 124 g de carbono por m<sup>2</sup>, mas com elevado coeficiente de variação (62%). Entre nós, um eucaliptal próximo de Setúbal teve um sequestro máximo de 861gCm<sup>-2</sup> ano<sup>-1</sup> em 2003. O menor valor medido (menos de metade do valor em 2003) ocorreu durante a seca muito severa de 2005. Menos produtivo mas mais estável foi um montado de azinho em Évora, com uma média de sequestro anual de 93 g de carbono m<sup>2</sup> por ano. Num montado de sobreiro (Coruche) mais denso e jovem que o de Évora, o sequestro foi o dobro. Mas ao nível da paisagem os incêndios podem delapidar qualquer sequestro.

Os desafios actuais podem separar-se entre riscos naturais, nomeadamente os que resultam das alterações climáticas. Isto é de especial relevo porque a região mediterrânica é um “hot-spot” para as alterações climáticas, isto é, a “dimensão” é maior do que a média global. A floresta pode sofrer com o aquecimento global, resultando no aumento da mortalidade das árvores, aumento no grau de risco de fogo, deslocamento da área geográfica óptima sem que haja oportunidade para migração das árvores (isto é, falta tempo e predomina os habitats fragmentados).

Um exemplo, o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) é uma árvore pioneira da sucessão ecológica, ou seja, é capaz de colonizar solos pobres criando as condições – facilitação – para outras espécies mais exigentes, como os castanheiros ou os carvalhos. Os projectos pioneiros dos silvicultores portugueses do início

do séc. XX, procuraram seguir a ciência ecológica da época, mas o tempo tornou os resultados aleatórios – fogos, ausência de gestão, alterações do uso da terra, etc. impediram a sucessão ecológica de atingir os objectivos teóricos que entretanto foram postos em causa.

A pressão das populações humanas é cada vez maior levando à desflorestação no hemisfério Sul onde apenas no Brasil a taxa de desflorestação diminuiu. Apesar da melhoria no combate, o aumento do risco de incêndio e da ocorrência de fogos (entre nós aumento na capacidade de combate melhorou mas a custo elevado, até porque intervir a nível preventivo na paisagem é difícil e leva tempo). O risco de agentes bióticos, como o nemátodo do pinheiro o declínio do sobreiro, continua. Partimos do princípio que as florestas são multifuncionais mas que a origem antrópica requer que sejam mantidas pelas regras da boa gestão. Actualmente os mecanismos de certificação permite garantir a boa gestão, junto dos consumidores. Porém a dicotomia intensificação e abandono continua.

Os “montados” de sobreiro e azinheira, podem ser um exemplo. Tal como a maioria dos ecossistemas das regiões mediterrânicas os resultaram da acção humana e necessitam oscilações nos preços da cortiça, bem como os efeitos de políticas agrícolas menos ajustadas, podem levar a um declínio nos cuidados com a gestão e ao abandono, ameaçando a biodiversidade e a própria sobrevivência do montado pelo maior risco de incêndio. (Bugalho et al. 2011) ([www.frontiersinecology.org](http://www.frontiersinecology.org)). Até agora os montados são com frequência geridos para evitar os incêndios e embora isto envolva custos financeiros elevados e a postergação da regeneração das árvores, tem tido sucesso. Por outro lado, o uso excessivo, resultando de fenómenos ligados à pobreza, domina a tendência para a degradação no noroeste da África. Para além de preços compensadores no mercado da cortiça, o pagamento por serviços do ecossistema, poderia gerar novos incentivos económicos e oportunidades para promover e premiar o uso sustentável e conservação dos sistemas sócio-ecológicos que são os montados.

Uma das maneiras de salvar o que resta de floresta “natural” é basear uma parte importante da produção de matéria primas em plantações. Isto é, introduzir na paisagem manchas com objectivo de produção. Nestas áreas pode haver um elevado grau de manipulação, mas na paisagem continuariam a co-existir com a floresta tradicional (WWF 2009). O aumento na intensificação em larga escala por via da demanda da produção de energia a partir da biomassa, pode promover um aumento na proporção de área dedicada às “talhadas de curtíssima rotação” (TCR), onde o uso de pesticidas e fertilizantes, e outros factores de produção, ocorre a um ritmo “agrícola”. Embora haja muitos estudos sobre a produtividade

e as áreas necessárias para a produção de electricidade, não conheço qualquer estudo sobre o impacto ambiental desta opção. Se não aumentar a área dedicada às TCR pode haver colapso do fornecimento às IBF actuais. Se aumentar, o impacto pode ser desproporcionado em relação aos benefícios. Uma grande parte da energia usada nas IBF é renovável, proveniente da biomassa, mas é obtida em co-geração, com uma eficiência de 65 a 80%, incomparavelmente superior à produção de electricidade apenas. A necessidade de intensificação não deve justificar o excesso.

O futuro das florestas europeias e portuguesas passa por soluções integradas e uma gestão adaptativa que vá ajustando a multifuncionalidade às mudanças no Ambiente.

“Neste ano internacional das florestas, há razões para lembrar que a desejável multifuncionalidade sustentável só se consegue com trabalho e investimento, especialmente porque os riscos inerentes das alterações climáticas e da crescente pressão que a população humana exerce, representam o maior desafio que as florestas tiveram que enfrentar.”

#### Bibliografia citada:

Baptista, F.O. and R. Terra Santos 2005. Os proprietários florestais. Celta, Lisboa. 93 p.

Bugalho, M., M. Caldeira, J.S. Pereira, J. Aronson and J.G. Pausas 2011. Human-made ecosystems as providers of environmental services: the case of Mediterranean Cork oak savannas. *Frontiers in Ecology and Environment*



## CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E AGRICULTURA

Tito Rosa | Presidente do ICNB

Quis o destino que depois de muitos anos associado à gestão de políticas de apoio ao fomento da agricultura e, particularmente, nos últimos 15 a sistemas de incentivos ao investimento no sector, designadamente, à instalação de jovens agricultores, tenha feito o meu percurso profissional na área da conservação da natureza e da biodiversidade como responsável da Autoridade Nacional neste domínio, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Estes três anos de gestão do ICNB não me transformaram, como é óbvio, num especialista da matéria mas, despertaram-me para a absoluta conveniência em adoptar medidas que façam convergir partes essenciais das políticas públicas de apoio à agricultura e as de protecção de valores naturais e gestão activa desses mesmos valores.

Alertaram-me também para o quanto podemos menos bem fazer se não conseguirmos compreender os “dois lados da moeda”, se nos deixarmos submeter aos preconceitos ou se não procurarmos entender os novos desafios e as oportunidades que eles nos possibilitam. Sempre com um objectivo: o de utilizar os recursos de forma racional e com vista a produzir bem estar económico e social.

A minha experiência profissional de par com a minha formação técnica permitiram-me verificar que parte substancial do eventual sucesso do investimento público na conservação da natureza e da biodiversidade, será possível se compreendermos que a gestão qualitativa dos ecossistemas, base fundamental para a vivência de espécies e habitats protegidos pelo direito internacional, depende em muito da forma como, por um lado incentivamos determinadas práticas agrícolas e florestais e, por outro, sabemos, com adequadas e proporcionalmente justas medidas financeiras valorizar os serviços prestados pelos produtores em matéria ambiental.

A parte mais substancial das áreas protegidas e áreas classificadas que constituem a Rede Natura 2000, rede ecológica europeia sujeita a compromissos de orientação de uso legalmente protegidos, situam-se em zonas rurais, de aproveitamento agrícola ou florestal e, muitas vezes, constituem zonas desfavorecidas ou com carências reconhecidas de desenvolvimento.

De resto, como já tenho afirmado em outras ocasiões, muitos

dos valores naturais presentes que motivaram a classificação de muitas dessas áreas são consequência de actividades humanas, designadamente agrícolas, desenvolvidas em modos mais tradicionais o que possibilitou a não degradação do património natural de valor e, conseqüentemente, levou à sua classificação.

Ao contrário de algumas áreas protegidas que se situam nas áreas envolventes de centros urbanos e ou do litoral e nos seus potenciais perímetros de alargamento em consequência de um desequilibrado ordenamento, onde existe, sabemos, um conflito real entre a protecção dos espaços naturais e a expansão urbana, em quase todas as outras áreas não existe um conflito real ou potencial (naturalmente com as excepções que todas as situações de condicionamento, no limite, sempre impõem).

Pelo contrário existe um oportunidade muito interessante de assentar na Natureza e no seu uso sustentado o desenvolvimento que carecem e que lhes possibilitará reinverter os ciclos de empobrecimento que conduziram à situação existente.

Nas áreas classificadas é possível promover agriculturas evoluídas embora, se reconheça, que o ICNB nem sempre adopta uma atitude que desfaça resistências e promova pontes de entendimento para se conseguirem plataformas equilibradas entre rentabilidade económica e gestão sustentada de valores naturais.

Dizem as estatísticas internas que a percentagem de emissão de pareceres positivos a investimentos, relativamente a pareceres negativos, é bastante razoável mas, também sabemos que há muitos agricultores que, por vezes, tem a ideia prévia da não possibilidade de aplicarem determinadas práticas (dentro daquilo a que se chama na lei “alteração do uso do solo”) e nem parecer solicitam ou, em primeiro contacto com o ICNB, a nível local, não são incentivados a avançar.

Há assim um deficit claro de entendimento, uma necessidade evidente de mais informação e uma inevitável e inadiável tarefa de aproximação e diálogo. Percebermo-nos é a porta de entrada para as soluções!

Não favorece esta situação a falta de integração, ainda que tenha melhorado nos últimos tempos mas ainda registando muitas lacunas, das várias medidas de política que se aplicam no mesmo território rural.

Medidas de incentivo à produção, medidas de gestão de valores naturais, medidas de compensação, medidas de gestão florestal, medidas de elegibilidade para efeitos de prémios ou direitos, métodos de participação e outras nem sempre “dialogam” ente si, e tem, por vezes, contornos que se anulam ou se dificultam mutuamente. Não são vistas, em termos dos seus efeitos, de forma conjunta ou nem sequer, por razões que, por vezes, até ultrapassam os decisores, são contemporâneas por forma a poderem ser optimizadas.

Ora, mostra a minha experiência que a resultante que possibilitará a esses territórios a promoção de desenvolvimento apenas será alcançada se entendermos que a classificação das áreas não foi um estigma de “paragem no tempo” mas uma oportunidade de fazer diferente.

Foi o mesmo Estado que definiu programas de modernização e fomento da produção que, em tempo que considerou oportuno (no contexto da sua vivência com a União Europeia), entendeu que determinados territórios teriam a sua oportunidade através de uma valorização da sua riqueza natural e das particularidades únicas de que dispunham.

Se quisermos diríamos que a um desenvolvimento entregue à forte competitividade dos mercados e que, em muitos casos, como o passado demonstrou, cria riqueza mas também, sobretudo quando existem handicaps estruturais, sociais ou, por exemplo, de solo ou clima, também “cria” pobreza, foi “proposto” um “outro” desenvolvimento capaz de otimizar todas os recursos para produzir rendimento sustentado.

Mas por que este desafio foi “proposto” mas em muito pouco foi concretizado adiando assim a possibilidade de entendimento e agravando a ideia de abandono, é que urge, reformular a estratégia e construir uma acção consequente feita de medidas e instrumentos que facilitem a integração de que falamos.

Vejamos algumas.

Entender as áreas classificadas como áreas de delimitação especial carecendo de medidas integradas promotoras de desenvolvimento.

Neste sentido, aplicando três orientações básicas essenciais:

Reconhecendo que a geração de riqueza será proveniente de um investimento articulado nas vertentes agro-florestais, turismo de natureza e turismo cinegético, industrialização proporcionada, gestão de habitats e prestação de serviços de bens ambientais (resgate de carbono, biodiversidade, qualidade da água, e outros) ao invés de se potenciar o investimento desgarrado e, em muitos casos, de oportunidade e ou pouca consistência a prazo.

Reconhecendo que, para tanto, haverá que desenhar, de forma simultânea, as medidas de incentivo, sem preconceitos, sem “donos” do dinheiro (os recursos são sempre públicos) e proporcionadas o que significa que o sejam quer nos objectivos a atingir e das áreas a privilegiar, quer na dimensão dos incentivos atribuídos, procurando que tudo o que é mais mercado seja o mercado a sustentar e tudo o que menos mercado sejam, pelo menos na fase de arranque e consolidação, os recursos públicos a viabilizar.

Reconhecendo que a gestão desta forma de aplicação territorial dos recursos exige uma mobilização de todos os actores do desenvolvimento nas áreas referidas e também das instituições locais relevantes. Assim, outras formas de gestão de políticas dessem ser adoptadas em torno, por exemplo, de comissões directivas de Planos de Gestão sem prejuízo da aplicação do trinómio autonomia quanto basta - orientação hierárquica clara - auditorias e responsabilização oportunas.

Os principais conservadores da natureza nas áreas classificadas e protegidas são os agricultores, os produtores florestais, os caçadores de áreas ordenadas, entre outros.

Estamos certos desta afirmação e queremos que as autoridades de conservação da natureza e da biodiversidade o entendam cada vez mais assim. Mas este posicionamento e esta percepção estratégica é tão urgente e necessária, quanto os gestores das políticas agrícolas e florestais e também os seus destinatários interiorizarem que não podendo voltar atrás, aproveitem a oportunidade que este futuro, cada vez mais consolidado mundialmente, do uso sustentável dos recursos (da Biodiversidade) lhes proporciona para gerar riqueza e bem estar.

Esperemos que estando em tempo de mudanças sejamos capazes de mudar.

2013 é já amanhã!





## A FLORESTA E O MONTADO DE SOBRO

Dr. Dionísio Simão Mendes | Presidente da Câmara Municipal de Coruche

De acordo com o último Inventário Florestal Nacional realizado em Portugal cerca de 39 % do território está ocupado por floresta e desta área cerca de 23 % está ocupada por sobreiros, correspondendo a 716 mil hectares do território nacional.

Os sobreiros surgem no nosso país sob diferentes regimes, sendo que o montado de sobro é de todos o mais conhecido e o mais interessante do ponto de vista económico, social e ambiental. O montado de sobro é um sistema de gestão florestal, existente nos países que constituem a bacia mediterrânica, que se caracteriza por conduzir sobreiros (*Quercus suber L.*) de uma forma dispersa, permitindo a utilização do sub-coberto para produção de outras culturas, quer sejam agrícolas, ou espontâneas, podendo incluir a vertente animal: gado bovino, ovino, caprino ou suíno.

Os montados de sobro são sistemas que carecem da intervenção humana e que foram evoluindo ao longo dos tempos, de forma a se adaptarem a uma optimização do aproveitamento de um espaço relativamente pobre do ponto de vista edáfico e com condições climáticas muito específicas que se caracterizam por um longo período estival, bastante agressivo para qualquer espécie vegetal.

Hoje em dia os montados de sobro estão na base da sustentabilidade de toda uma fileira que tem ramificações infindáveis e para as quais cada vez mais se perspectivam valias de importância crescente. Os montados de sobro são responsáveis por fenómenos paradoxais, as suas áreas de implementação são verdadeiros marcos de resistência à desertificação e à fixação de populações no mundo rural do interior de Portugal, conseguindo simultaneamente não descorar as questões de preservação ambiental.

Coruche tem o privilégio de ser um dos municípios Portugueses que está geograficamente localizado numa das principais manchas de montado de sobro. Os terrenos de textura mais arenosa que circunvizinham os férteis campos agrícolas dos aluviões dos principais cursos de água, como é o caso do rio Sorraia, aos quais vulgarmente chamamos de charneca estão dominados pela presença dos sobreiros.

A forte implementação do montado de sobro no concelho de Coruche, ocupando cerca de 46 % da área da autarquia,

permitiu a este concelho auto intitular-se “Capital Mundial da Cortiça”, tendo também como base a liderança no volume de cortiça produzida a nível concelhio (16 % da cortiça mundial). No sector industrial existem 3 fábricas que empregam quatro centenas de trabalhadores, que preparam cortiça e produzem 5 milhões de rolhas por dia.

O reconhecimento da importância da fileira da cortiça para a economia e para o quotidiano Coruchense levou a que a Câmara Municipal deste concelho viesse a desenvolver uma serie de iniciativas inovadoras tendo em vista a promoção, divulgação e dinamização do produto nobre que é a cortiça e do sistema que lhe dá origem.

O investimento de Coruche na cortiça é enorme! Neste momento está montada uma verdadeira campanha pró-cortiça, realizada em diversos locais e de diversas formas com o intuito de atingir a maior quantidade possível de publico.

Como forma de estudar, conhecer, transmitir e evoluir nas questões técnicas relacionadas com a fileira da cortiça, o município de Coruche construiu o Observatório do Sobreiro e da Cortiça, que consiste num edifício de primeiro andar, todo ele revestido a cortiça que tem por objectivo tornar-se numa estrutura de valorização do montado de sobro como nicho ecológico de grande valor, funcionando para tal em parceria com associações de produtores, universidades, investigadores e associações empresariais.

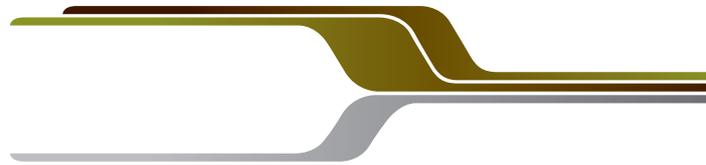
“... os montados de sobro estão na base da sustentabilidade de toda uma fileira que tem ramificações infindáveis e para as quais cada vez mais se perspectivam valias de importância crescente.”



O Município de Coruche está também empenhado em desenvolver acções fora das suas fronteiras geográficas, de forma a promover o produto cortiça e as questões chave que lhe estão subjacentes. Neste sentido, integrou a RETECORK - Rede Europeia de Territórios Corticeiros; é a entidade líder da Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE “O Montado de Sobre e Cortiça” que envolve também os municípios de Portel e de Vendas Novas, bem como uma série de parceiros públicos e privados ligados à fileira; faz parte do projecto REDECOR - Rede Temática do Sobreiro e da Cortiça; tem uma exposição temática itinerante denominada “Montado de Sobre” que anda a percorrer vários centros comerciais para levar as realidades corticeiras ao grande público; bem como mais um conjunto de actividades que se fazem ao longo do ano com escolas e população no sentido de sensibilizar para as questões da importância da floresta e da preservação ambiental. da importância da floresta e da preservação ambiental.

Uma vez que Coruche defende o sobreiro, o montado e a cortiça, tem o dever de ser um exemplo nestas temáticas. Neste sentido, neste momento, estamos em fase de integração de uma propriedade municipal de cerca de 200 ha no grupo de Gestão Florestal certificada da Associação dos Produtores Florestais de Coruche. Com a atribuição deste certificado o município passa a poder comercializar cortiça certificada pela norma internacional FSC - Forest Stewardship Council, obtendo por isso uma majoração financeira no preço do produto cortiça e por outro lado garante à sociedade que as práticas e técnicas de gestão adoptadas nessa propriedade têm em atenção princípios de sustentabilidade ambiental, social e económica.

Por ultimo, a actividade que provavelmente tem maior visibilidade no que respeita à divulgação do produto cortiça e do ecossistema que lhe dá origem, o município de Coruche organiza anualmente, no ultimo fim-de-semana de Maio a FICOR - Feira Internacional da Cortiça. Este certame visa promover a cortiça num contexto internacional, disponibilizando aos participantes diversas ofertas lúdicas, científicas e culturais, com um único denominador: a cortiça. Este evento decorre em dois espaços distintos: o Parque do Sorraia, junto ao rio Sorraia, onde numa grande tenda e no espaço exterior são instalados diversos stands de entidades públicas, empresas corticeiras, artesãos que aí promovem os seus produtos. Destaque-se a Plataforma de Transacção de Cortiça onde se fazem os negócios entre a produção e a indústria. Os painéis científicos decorrem no Observatório do Sobreiro e da Cortiça, espaço dedicado a partilha de experiências e de saber com o intuito de dinamizar e trazer valor acrescentado à fileira da cortiça.



# NA FRUTICULTURA

Nomes: Pedro Ricardo Martins Silva

Idade: 30 anos

Estado Civil: Solteiro

Habilitações: 12º ano

Ano de Instalação: 2009

## CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

SAU: 0,50 ha

Orientação Produtiva: Produção de pequenos frutos  
Cultivares de mirtilo – Duke, Bluecrop e Goldtraube  
Cultivares de groselha – Junifer

Mão-de-Obra Permanente: Não

## ENTREVISTA

1 - Quais os motivos que o levaram a optar pela actividade agrícola?

O gosto pela agricultura, a rentabilização das terras em abandono e a possibilidade de entrar num sector em expansão que apresenta rentabilidade económica nas características de minifúndio da região.

2 - Que dificuldades foram sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actualmente?

Antes da instalação encontrei dificuldades em reunir capital próprio suficiente para os investimentos necessários, em obter informações técnicas sobre a instalação destas culturas e processo de candidatura extremamente burocrático e moroso. Aquando da instalação senti dificuldades em conseguir mão-de-obra com formação adequada. No momento actual as maiores dificuldades são sentidas no que diz respeito à manutenção e protecção destas duas culturas.

3 - Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à instalação de Jovens Agricultores influenciou a sua decisão de se tornar Empresário Agrícola?

Sem a possibilidade do apoio à Instalação de Jovens Agricultores, não teria capacidade económica de avançar neste sector, tendo sido a alavanca para o meu projecto na actividade agrícola. Trata-se de pequenas explorações agrícolas mas o montante de investimento é elevado e o retorno apenas surge 5 anos após o início da exploração.

4 - Tendo por base a sua experiência, quais os factores determinantes do sucesso das explorações dos Jovens Agricultores?

Dedicação, persistência, formação na área e principalmente o gosto pela actividade.

5 - Quais os planos, a médio e a longo prazo, para a sua Exploração?

Tenho planos em aumentar a minha exploração agrícola, vendo a possibilidade de viver apenas da actividade agrícola, com atenção sempre aos mercados e explorando outras culturas igualmente rentáveis.

6 - Procedeu a estudos de mercado, de forma a avaliar a capacidade escoamento dos produtos?

Sim, de forma a garantir o êxito da actividade. Antes de efectuar qualquer instalação, um produtor deve estudar o mercado e produzir o que o mercado à sua volta comercializa.

7 - Acompanha o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, com vista à constante modernização da Exploração?

Sim, tento continuamente acompanhar as novas tecnologias com vista a obter as técnicas mais adequadas para o sucesso da minha exploração. Aquisição de bibliografia, pesquisa na Web e revistas do sector, são os meios mais utilizados.

8 - Quais foram as preocupações ambientais presentes, aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas na sua Exploração?

Escolha de culturas perfeitamente adequadas às características edafo-climáticas, evitando assim correcções e conseqüentes alterações do perfil do solo.

Preocupação na utilização de sistema de rega adequado às culturas e eficiente, evitando gastos desnecessários.

Escolha de um método de combate às infestantes que garante a manutenção dos recursos hídricos do solo, combate a erosão e fixa azoto.

## UMA PALAVRA DE UM JOVEM AGRICULTOR PARA OS JOVENS AGRICULTORES

Não desistam, lutem por esta actividade que por vezes está esquecida e colocada de parte pela sociedade.

## SER JOVEM AGRICULTOR NO PRODER NOVO PERÍODO DE CANDIDATURAS

Eng<sup>a</sup> Maria José Piçarra | AJAP

Após a suspensão inesperada das candidaturas destinadas ao apoio à primeira instalação, ocorrida a 11 de Fevereiro, a pretexto do elevadíssimo afluxo de candidaturas registado nos dois meses anteriores, que só vem comprovar a vitalidade do sector, aguarda-se com expectativa a sua reabertura a 1 de Junho. Com igual expectativa é aguardada a Sessão de Divulgação PRODER, prevista para 7 de Junho no CNEMA, em Santarém. Segundo o promotor, a iniciativa pretende divulgar as novas regras e reunir associações, confederações, agricultores, projectistas e demais interessados no sector.

Por razões que se prendem com a gestão financeira das medidas que suportam o apoio à primeira instalação e ao investimento dos jovens agricultores, foi alterado o carácter forfetário (valor previamente definido) do prémio à primeira instalação.

O apoio reveste agora as seguintes tipologias:

- Prémio à Instalação;
- Apoio aos investimentos realizados na exploração; incluem-se pequenos investimentos de transformação e comercialização de produtos agrícolas provenientes da própria exploração. O valor elegível do investimento apurado na análise da candidatura terá que ser igual ou superior a 5000€.

O apoio é atribuído sob a forma de subsídio não reembolsável. Os níveis e limites do apoio serão fixados no aviso de abertura.

Com as alterações introduzidas (Portaria n.º 184/2011, de 5 de Maio), a Autoridade de Gestão pretende agora garantir a continuidade do apoio do Programa à instalação e ao investimento de jovens agricultores. A AJAP fica satisfeita com a obrigatoriedade da existência de investimento associado ao prémio de primeira instalação, proposta essa que sempre defendemos: a introdução de garantias adicionais de que o prémio concedido se traduza num factor efectivamente gerador de desenvolvimento no mundo rural.

Estamos então perante um objectivo mais vasto que é o de promover o processo de instalação de jovens agricultores e o desenvolvimento e adaptação das suas explorações agrícolas.

Os candidatos devem reunir as seguintes condições:

- À data da apresentação do pedido, terem mais de 18 e menos de 40 anos de idade;
- Possuírem o 9.º ano de escolaridade;
- Possuírem a aptidão e competência profissional adequada de acordo com os requisitos mínimos definidos;
- Encontrarem-se legalmente constituídos, quando se trate de pessoas colectivas;
- Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamentos;
- Não terem obtido aprovação de quaisquer ajudas ao investimento antes da data de apresentação do pedido de apoio;
- Não terem recebido quaisquer ajudas à produção ou à actividade agrícola, excepto nos dois anos anteriores ao ano de apresentação do pedido de apoio.



No Plano Empresarial de desenvolvimento da exploração agrícola a apresentar, terá de constar a situação inicial da exploração e as etapas e metas específicas definidas pelo agricultor, para o desenvolvimento das actividades na sua exploração. Terá também de constar a descrição das acções ou serviços necessários ao desenvolvimento da actividade agrícola e a descrição detalhada dos investimentos, designadamente os necessários para dar cumprimento às normas comunitárias em vigor.

No Plano de Formação a apresentar, terá de constar a identificação da formação necessária para adquirir a aptidão e competência profissional adequada quando, à data da apresentação do pedido de apoio, não a possuírem, bem como a formação complementar de interesse relevante para o exercício das actividades da exploração agrícola.

Os beneficiários do apoio devem cumprir as seguintes obrigações:

- Executar a operação nos termos e prazos fixados no contrato de financiamento e cumprir o plano empresarial;
- Proceder à publicitação dos apoios que lhes forem atribuídos, nos termos da legislação comunitária aplicável e das orientações técnicas do PRODER;
- Cumprir as obrigações legais, designadamente as fiscais e para com a segurança social;
- Cumprir as normas legais aplicáveis em matéria de segurança e higiene no trabalho;
- Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada de acordo com o legalmente exigido;
- Manter a actividade e as condições legais necessárias ao exercício da mesma durante o período de cinco anos a contar da data de celebração do contrato, ou até ao termo da operação, se tal termo ultrapassar os cinco anos;
- Não locar, alienar ou por qualquer forma onerar os equipamentos, as plantações e as instalações co-financiadas, durante o período de cinco anos a contar da data de celebração do contrato ou até ao termo da operação, sem prévia autorização da autoridade de gestão;
- Assegurar o autofinanciamento necessário à execução da operação;
- Garantir que todos os pagamentos e recebimentos referentes à operação são efectuados através de conta bancária específica para o efeito;
- Apresentar à autoridade de gestão, três anos após o recebimento integral dos apoios, um relatório de avaliação sobre os resultados da operação, sempre que tal seja contratualmente previsto;
- Cumprir as normas comunitárias aplicáveis aos investimentos em questão;

- Se aplicável, adquirir, no prazo máximo de 24 meses a contar da data de celebração do contrato de financiamento a formação complementar de interesse relevante para o exercício das actividades da exploração agrícola;
- Possuir o registo da exploração no Sistema de Identificação Parcelar (SIP).

Para mais informações não hesite em contactar a Sede da AJAP – Tel.: 21 324 49 70 | e-mail: [ajap@ajap.pt](mailto:ajap@ajap.pt)



## SULFATO DE POTÁSSIO VS. CLORETO DE POTÁSSIO. QUAL A ESCOLHA ACERTADA?

Pedro Cabanita | Product Manager Agrifétil

No mundo da fertilização, falar de potássio é geralmente sinónimo de falar de cloreto de potássio (KCl ou MOP). É a forma mais barata de aplicar potássio, logo, a mais utilizada. Funciona? De uma forma geral, sim, mas há muitas condicionantes. A grande maioria dos agricultores já utilizou potássio nesta forma, uma vez que o potássio é um dos macronutrientes principais e é fundamental para qualquer esque-ma de fertilização. No entanto, a preferência recai no Sulfato de Potássio. Este produto é obtido através da reacção do cloreto de potássio com ácido sulfúrico, num processo industrial a altas temperaturas. Sendo o sulfato de potássio mais caro que o cloreto, valerá a pena? É o que vamos tentar saber...

A principal diferença entre estes dois produtos tem a ver com a salinidade que provocam no solo. Quanto mais alta a salinidade, maior será a condutividade da solução do solo. Valores elevados de condutividade têm como principal efeito uma maior dificuldade de absorção de água por parte das plantas. Esta é a razão pela qual a aplicação de fertilizantes com base cloreto de potássio está proibida em alguns países do Norte de África, onde as condições climáticas são mais áridas, com maior evapotranspiração, menor precipitação, logo, maior risco de concentração de sais. Existem culturas mais sensíveis à salinidade que outras, sendo que a maioria das hortícolas e fruteiras têm uma sensibilidade média/elevada.

Para além desta questão, vários ensaios a nível mundial, com diversas culturas (batata, cebola, citrinos, banana, cana de açúcar, ...), demonstraram produções mais elevadas com a aplicação de

sulfato de potássio em detrimento do cloreto de potássio. Existe também a questão da qualidade. Em todos estes ensaios, os valores de grau brix (teor de açúcares) e teor de sólidos solúveis, foram mais elevados com o sulfato de potássio, o que originou também melhores resultados em provas organolépticas, em que os consumidores provavam vários produtos sem saber qual a fertilização utilizada em cada um. Esta questão é muito importante, porque tendencialmente, o mercado valorizará cada vez mais os produtos com mais qualidade, ou seja, com uma consistência adequada (teor sólidos solúveis) e sabor agradável (grau brix).

Para além de todos os aspectos anteriormente mencionados, as fertilizações com sulfato de potássio permitem fornecer enxofre às plantas. Este nutriente é muitas vezes menosprezado, mas é importantíssimo em termos de nutrição. É fundamental nos processos de síntese de proteínas e é constituinte de aminoácidos. Tem um efeito benéfico sobre as bactérias do género *Rhizobium*, que são simbióticas das leguminosas, e a sua presença é essencial para a formação da molécula de clorofila. O enxofre forma compostos voláteis, responsáveis por determinados cheiros nas plantas, tais como a mostarda ou a cebola. As leguminosas e as brássicas (couves), são particularmente exigentes neste nutriente.

A escolha deve desta forma recai sobre produtos à base de Sulfato de Potássio, especialmente em culturas hortícolas, em que se pretenda uma boa produção e onde os produtos sejam valorizados em termos de qualidade.

## BREVES

A AJAP marcou presença na 44ª AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação em Braga, que este ano decorreu entre 31 de Março e 3 de Abril. O certame apostou no sector leiteiro e pecuário.

Estivemos também presentes na 28ª Ovibeja, que decorreu de 4 a 8 de Maio. Neste certame o stand da AJAP apresentou maior afluência nos dias 5,6 e 7 de Maio e contou uma breve visita de algumas entidades oficiais, nomeadamente António Serrano, Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.



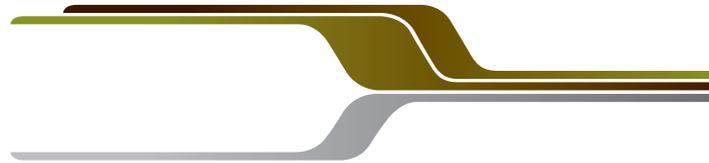
EXPERTS  
FOR GROWTH



## Nitrofoska® Foliar Fruit

Nutrição foliar de alta qualidade para o óptimo rendimento da sua cultura.



**CRÉDITO PME 2011**

Decreto-Lei n.º 41/2011. D.R. n.º 57, Série I de 22 de Março de 2011  
Reforça, no montante de (euro) 50 000 000, a linha de crédito com juros bonificados dirigida às empresas do sector agrícola e pecuário, alterando pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 1-A/2010, de 4 de Janeiro.

**FUNDO FLORESTAL PERMANENTE**

Portaria n.º 113/2011. D.R. n.º 58, Série I de 23 de Março de 2011  
Aprova o Regulamento do Fundo Florestal Permanente.

**PECUÁRIA**

Portaria n.º 114-A/2011. D.R. n.º 58, Suplemento, Série I de 23 de Março de 2011  
Primeira alteração à Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho, que estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.

Decreto-Lei n.º 45/2011. D.R. n.º 60, Série I de 25 de Março de 2011  
Modifica os prazos do período transitório e regime excepcional de regularização de explorações pecuárias e procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro.

**SIRCA**

Despacho n.º 5383/2011. D.R. n.º 62, Série II de 29 de Março de 2011  
Taxas a cobrar aos estabelecimentos de abate relativamente a bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídeos, produzidos no território continental e apresentados para abate, para efeito de financiamento do SIRCA.

**BOVINOS**

Despacho n.º 6/2011. D.R. n.º 63, Série II de 30 de Março de 2011  
Integração no regime de pagamento único, a partir de 1 de Janeiro de 2005, do prémio especial aos bovinos machos. Estabelece as normas de aplicação dos pagamentos para a carne de bovino - Prémios por vaca em aleitamento e Prémios ao abate de bovinos.

**PAGAMENTOS DIRECTOS**

Regulamento n.º 307/2011. JO n.º 82, de 30 de Março de 2011  
Relativo às regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum. Altera Reg. n.º 73/2009.

**PECUÁRIA**

Despacho n.º 6120/2011. D.R. n.º 70, Série II de 8 de Abril de 2011  
Fixa uma taxa pela atribuição da numeração aos meios de identificação electrónica de ovinos e caprinos.

**ÁLCOOL DE BOCA**

Portaria n.º 152/2011. D.R. n.º 71, Série I de 11 de Abril de 2011  
Estabelece, para o território do continente, as normas complementares de execução da ajuda à destilação de vinho em álcool de boca nas campanhas vitivinícolas de 2010-2011 e de 2011-2012 e revoga a Portaria n.º 42/2009, de 19 de Janeiro.

**RPU**

Portaria n.º 155/2011. D.R. n.º 72, Série I de 12 de Abril de 2011  
Segunda alteração à Portaria n.º 68/2010, de 3 de Fevereiro, que aprova o Regulamento de Aplicação do Regime do Pagamento Único (RPU).

**HORTICULTURA**

Decreto-Lei n.º 54/2011. D.R. n.º 74, Série I de 14 de Abril de 2011  
Estabelece derrogações à inscrição, produção, certificação e comercialização de variedades de conservação e de outras variedades de espécies hortícolas, transpõe a Directiva n.º 2009/145/CE, da Comissão, de 26 de Novembro de 2009, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 257/2009, de 24 de Setembro.

**VINHA**

Despacho n.º 6388/2011. D.R. n.º 74, Série II de 14 de Abril de 2011  
Determina o prazo para recepção de candidaturas no regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas, para a campanha de 2011-2012.

**RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL**

Portaria n.º 162/2011. D.R. n.º 76, Série I de 18 de Abril de 2011  
Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional.

**SUBERICULTURA**

Anúncio de Concurso n.º 33/2011. D.R. n.º 79, Série II de 21 de Abril de 2011  
Extracção e Venda de Cortiça

**MADEIRA - PRODERAM**

Portaria n.º 34/2011. JORAM I n.º 44, de 20 de Abril de 2011  
Relativa às Medidas 1.1, 1.6, 1.10, 2.4, 2.5, 2.7, 2.8, 3.1, 3.2 e 3.3 do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira. Altera Ports. n.ºs 88/2008, 11/2009, 24/2009, 25/2009, 27/2009, 31/2009, 63/2009.

**PAGAMENTOS FEAGA E FEADER**

Regulamento n.º 410/2011. JO L n.º 108, de 28 de Abril de 2011  
Respeita à publicação de informação sobre os beneficiários de fundos provenientes do Fundo Europeu Agrícola de Garantia e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Altera Reg. n.º 259/2008.

**PECUÁRIA**

Despacho n.º 6905-A/2011. D.R. n.º 85, Suplemento, Série II de 3 de Maio de 2011  
Fixa o preço de venda dos meios de identificação dos pequenos ruminantes.

**PRODER**

Portaria n.º 184/2011. D.R. n.º 87, Série I, de 5 de Maio de 2011  
Relativa ao Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3 Instalação de Jovens Agricultores, da Medida n.º 1.1 Inovação e Desenvolvimento Empresarial do PRODER. Altera Port. n.º 357-A/2008.

**PRODER**

Portaria n.º 192/2011. D.R. n.º 92, Série I, de 12 de Maio de 2011  
Relativa ao Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1 Modernização e Capacitação das Empresas, da Medida n.º 1.1 Inovação e Desenvolvimento Empresarial, integrada no Subprograma n.º 1 Promoção da Competitividade do PRODER. Republica anexo da Port. n.º 289-A/2008.

**QUOTAS LEITEIRAS**

Regulamento n.º 471/2011. JO L n.º 129, de 17 de Maio de 2011  
Relativo à repartição entre «entregas» e «vendas directas» das quotas leiteiras nacionais fixadas para 2010/2011. Reg. n.º 1234/2007



**Nufarm**

Nufarm Portugal, Lda.  
Praça de Alvalade, 6 - 5º Esq. - 1700-036 LISBOA  
Tel.: 217 998 440 - Fax: 217 942 069  
www.nufarm.pt - E-mail: nufarm@pt.nufarm.com

**A QUALIDADE É  
A NOSSA  
PRIORIDADE**

# SERVIÇO DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR

## A Pensar no Futuro do Mundo Rural

- Elaboramos o Seu Projecto •
- Orientamos a Sua Empresa •
- Apoiamos a Sua Exploração •



SAE | Serviços de Apoio às Empresas

*A AJAP é Valor para o Agricultor*